

**OS SERTÕES ENTRE A CIVILIZAÇÃO E A BARBÁRIE: A DIMENSÃO DE UMA
SUPOSTA SOCIOLOGIA EUCLIDIANA PARA A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO
SOCIAL BRASILEIRO¹**

***OS SERTÕES ENTRE LA CIVILIZACIÓN Y LA BARBARIE: LA DIMENSIÓN DE
UNA SUPUESTA SOCIOLOGÍA EUCLIDEA PARA LA FORMACIÓN DEL
PENSAMIENTO SOCIAL BRASILEÑO***

***OS SERTÕES BETWEEN CIVILIZATION AND BARBARISM: THE DIMENSION OF
A SUPPOSED EUCLIDEAN SOCIOLOGY FOR THE FORMATION OF BRAZILIAN
SOCIAL THOUGHT***



Guilherme Ferreira DEFINA²
e-mail: guilherme.defina@unesp.br

Como referenciar este artigo:

DEFINA, G. Os Sertões entre a civilização e a barbárie: A dimensão de uma suposta sociologia euclidiana para a formação do pensamento social brasileiro. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 12, n. 00, e023007, 2023. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v12i00.16894>



| Submetido em: 03/07/2022
| Revisões requeridas em: 10/08/2023
| Aprovado em: 11/09/2023
| Publicado em: 17/10/2023

Editor: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Esse artigo é resultado da disciplina “Formação e Desenvolvimento da Sociedade Brasileira” cursada pelo autor ao longo do curso de Ciências Sociais na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp Araraquara e dos debates e reflexões por ela gerada.

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Graduando em Ciências Sociais.

RESUMO: Este artigo contextualiza a importância de “Os Sertões” de Euclides da Cunha, na Guerra de Canudos e no desenvolvimento da Sociologia Brasileira, destacando sua transcendência além de uma mera narrativa histórica ao explorar a intersecção entre ciência e arte, marcando a literatura brasileira. O objetivo principal é analisar como uma suposta perspectiva sociológica euclidiana influenciou o pensamento social brasileiro, especialmente através da antinomia entre os “civilizados” e os “bárbaros”. O referencial teórico incorpora as ideias de Euclides da Cunha, teorias sociológicas da época e conceitos da literatura comparada, enquanto a metodologia envolve análise crítica da obra e contextualização histórica e social da Guerra de Canudos. Os resultados destacam a contribuição significativa de Euclides da Cunha para a Sociologia Brasileira, introduzindo conceitos e abordagens únicas, e as discussões enfatizam sua relevância na compreensão das dinâmicas sociais e culturais do Brasil no século XIX. Este estudo contribui para a área ao ressaltar a importância do pensamento sociológico euclidiano na construção do pensamento social brasileiro e na compreensão das relações entre cultura e sociedade no contexto da Guerra de Canudos.

PALAVRAS-CHAVE: Euclides da Cunha. Literatura. Sociologia brasileira. Pensamento social.

RESUMEN: Este artículo contextualiza la importancia de “Os Sertões” de Euclides da Cunha en la Guerra de Canudos y en el desarrollo de la Sociología Brasileña, destacando su trascendencia más allá de una mera narrativa histórica al explorar la intersección entre la ciencia y el arte, marcando la literatura brasileña. El objetivo principal es analizar cómo una supuesta perspectiva sociológica euclidiana influyó en el pensamiento social brasileño, especialmente a través de la antinomia entre los “civilizados” y los “bárbaros”. El marco teórico incorpora las ideas de Euclides da Cunha, teorías sociológicas de la época y conceptos de la literatura comparada, mientras que la metodología implica un análisis crítico de la obra y la contextualización histórica y social de la Guerra de Canudos. Los resultados destacan la contribución significativa de Euclides da Cunha a la Sociología Brasileña, introduciendo conceptos y enfoques únicos, y las discusiones enfatizan su relevancia en la comprensión de las dinámicas sociales y culturales de Brasil en el siglo XIX. Este estudio contribuye al campo al resaltar la importancia del pensamiento sociológico euclidiano en la construcción del pensamiento social brasileño y en la comprensión de las relaciones entre cultura y sociedad en el contexto de la Guerra de Canudos.

PALABRAS CLAVE: Euclides da Cunha. Literatura. Sociología brasileña. Pensamiento social.

ABSTRACT: This article contextualizes the importance of Euclides da Cunha's "Os Sertões" in the War of Canudos and the development of Brazilian Sociology, highlighting its significance beyond a mere historical narrative by exploring the intersection of science and art, making its mark on Brazilian literature. The main objective is to analyze how a supposed Euclidian sociological perspective influenced Brazilian social thought, primarily through the antinomy between the "civilized" and the "barbarians." The theoretical framework incorporates Euclides da Cunha's ideas, sociological theories of the time, and concepts from comparative literature, while the methodology involves a critical analysis of the work and the historical and social context of the War of Canudos. The results emphasize Euclides da Cunha's significant contribution to Brazilian Sociology, introducing unique concepts and approaches, and the discussions highlight its relevance in understanding the social and cultural dynamics of 19th-century Brazil. This study contributes to the field by underscoring the importance of Euclidian sociological thought in shaping Brazilian social thought and understanding the relationships between culture and society in the context of the War of Canudos.

KEYWORDS: Euclides da Cunha. Literature. Brazilian sociology. Social thought.

Introdução

Durante o auge da Guerra de Canudos (1896-1897), o jornal Estado de São Paulo enviou ao campo de batalha no interior da Bahia o jornalista e engenheiro Euclides da Cunha (1866-1909) para cobrir o conflito. Antes de sua ida, Euclides planejava fazer uma simples narração do embate entre as forças religiosas comandadas por Antônio Conselheiro e as forças urbanas e industriais representadas pelo Exército Brasileiro. No entanto, o escritor acabou por redigir um elaborado trabalho discursivo, que deu origem à sua maior obra literária: *Os Sertões* (1902). Deste trabalho, surgiu não só uma das maiores contribuições para a história da literatura brasileira, como também um dos trabalhos que se tornariam um dos precursores dos estudos sociais no Brasil ou, em outras palavras, de uma Sociologia fundamentalmente brasileira.

Não são muitos os estudos sobre as relações entre Euclides da Cunha e a formação e desenvolvimento do pensamento social brasileiro. Em geral, os estudos acerca de suas obras se dirigem sobretudo à sua faceta literária e artística. Com exceções, dentre as quais se destacam os sociólogos Antônio Cândido e Guerreiro Ramos, os estudos em seu ângulo sociológico recebem maior foco justamente em sua maior e mais importante obra, *Os Sertões*. Não por acaso, Euclides da Cunha, em seu maior trabalho, transcende a questão narrativa histórica e literária, demonstrando além do ponto de encontro entre ciência e arte, as problemáticas do embate entre dois blocos socioculturais distintos, onde um é visto como bárbaro, incivilizado, e o outro como moderno civilizado. Não só isso, Euclides se dispõe a fazer um diagnóstico do caso em questão, se utilizando dos preceitos científicos de sua época.

É nesta senda que o presente artigo se propõe a apresentar, de forma objetiva, porém, ao mesmo tempo, evidente e detalhada, a contribuição e a dimensão de uma suposta sociologia euclidiana para a formação do pensamento social brasileiro, tendo em vista as contribuições que as análises de *Os Sertões* proporcionaram à consolidação da sociologia como ciência empírica no Brasil. Para tal, o trabalho foi dividido em duas etapas: a primeira realiza um breve panorama histórico sobre o surgimento da Sociologia como ciência e, em seguida, mostra com detalhes a conjuntura incipiente de sua consolidação no Brasil, tal como o breve contexto em que Euclides da Cunha se insere. A segunda, por sua vez, se propõe a analisar minuciosamente alguns dos aspectos da obra de Euclides da Cunha, demonstrando a face sociológica de seu pensamento.

A conjuntura incipiente da Sociologia brasileira

A Sociologia não se limita ao estudo das condições de existência social dos seres humanos. Todavia, essa constitui a porção mais fascinante ou importante de seu objeto e aquela que alimentou a própria preocupação de aplicar o ponto de vista científico à observação e à explicação dos fenômenos sociais. Ora, ao se falar do homem, como objeto de indagações específicas do pensamento, é impossível fixar, com exatidão, onde tais indagações específicas se iniciam e quais são os seus limites. Pode-se, no máximo, dizer que essas indagações começam a adquirir consistência científica no mundo moderno, graças à extensão dos princípios e do método da ciência à investigação das condições de existência social dos seres humanos. Sob outros aspectos, já se disse que o homem sempre foi o principal objeto da curiosidade humana. Atrás do mito da Religião ou da Filosofia sempre se acha um grande humano, que se preocupa, fundamental e primariamente, com questões relativas à origem, à vida e ao destino de seus semelhantes (FERNANDES, 1977, p. 11).

A era moderna surgiu com a decadência do feudalismo e com o desenvolvimento das grandes navegações. A modernidade, por sua vez, teve seu início marcado pelas revoluções burguesas e francesa, juntamente com o surgimento da própria classe burguesa. Desde o seu surgimento, a burguesia foi a maior classe revolucionária que já existiu, incitando sempre novas transformações, não só no âmbito material, como também no abstrato. Nesse contexto, o germen do capitalismo aparecera com esse advento da modernidade e da burguesia através de um novo tempo, repleto de novidades. Essas novidades, em um contexto de solidificação incipiente das ciências, forçaram as ciências a se reinventarem para compreendê-las integralmente.

Ao longo da história, esteve presente a força do *logos* – palavra e razão, a capacidade eminentemente humana de questionar acerca de si mesmo, a cultura, a natureza, o universo e até os outros que o cercam. Tradicionalmente, o *logos* foi a base para o diálogo e para a construção da sociedade, por meio do poder que a palavra detinha em todo o decurso do processo civilizatório, partindo de um animal humano que via e sofria e começava a expressar isso em palavras. O ser humano representa a linguagem da natureza, refletindo o que de fato a natureza é.

O *logos* do conhecimento científico, portanto, sinalizou a negação do *cosmos*, que, etimologicamente, significa a ordem e a realidade divina, que, por ser divina, era perfeita em si. Em toda ordem divina há uma rígida hierarquia que separa e ordena ontologias diversas entre si, e o papel do *kosmos*, nesse panorama, era de legitimar essa hierarquia. Contudo, a partir do Renascimento, com o pensamento filosófico da era moderna, centrado no “homem novo” e no conhecimento que nasce dos sentidos, ocorreu uma das maiores revoluções da história humana: a libertação do ser humano e a dissolução da noção de *cosmos* com a compreensão de que se

tratava de uma ideia e não de uma verdade absoluta ou de um destino imutável. Isso ocorreu, principalmente, devido ao poder das palavras – o *logos*.

Nesse ínterim, a modernidade é essencialmente ambivalente, resultante de conflitos, sobretudo de reconhecimentos. Esses reconhecimentos estão ligados a identidades subjetivas que se tornam reais por serem racionais. Com contradições cada vez mais acentuadas, a tarefa da Sociologia, “com seus dilemas e determinações, como forma de conhecimento historicamente situada, isto é, localizada numa formação social contraditória que não pode produzir um autoconhecimento unívoco” (FORACCHI; MARTINS, 1977, p. 1) é de compreendê-los.

Como é cógico, a Sociologia como ciência surgiu e consolidou-se como tal num tempo histórico relativamente recente, com o desenvolvimento de um ramo focado e comprometido nos estudos sociais, fruto da modernidade e do entusiasmo científico oitocentista. Antônio Cândido, em seu texto “A sociologia no Brasil”, ao analisar a formação da Sociologia como ciência no Brasil, dividiu o processo de sua constituição em duas fases: um período que vai de 1880 até 1930 e outro que se estende de 1940 até o presente, sendo o decênio de 1930 até 1940 configurado como um intervalo intermediário de transição.

Na primeira fase, os estudos sociais brasileiros eram praticados por intelectuais não especializados no campo da investigação social, mas que estavam interessados em desvendar a sociedade brasileira de modo geral e em elaborar princípios teóricos para uma compreensão mais profunda. Nesse período, essa atividade era principalmente exercida por juristas, instigados pelos cânones do evolucionismo científico e filosófico, que se dedicavam a definir um Estado moderno e analisar as suas relações organizacionais, econômicas e políticas. Dessarte, não havia programas de ensino específicos e nem a existência de observações e trabalhos empíricos sobre situações delimitadas da realidade então vigente (CÂNDIDO, 2006, p. 271).

Na década de 1930, a Sociologia começou a ser gradualmente institucionalizada no Brasil, sendo incorporada nos currículos do ensino secundário e superior, passando a ser empregada como instrumento de avaliação social e formando a primeira geração de estudiosos especializados. Os primeiros brasileiros com formação universitária nacional propriamente sociológica se graduaram em 1936 pela FESPSP - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na época chamada como Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Foi um período, nas palavras de Cândido (2006), rico e decisivo, que pode ser considerado como um momento de transição para a segunda fase e o atual estágio de consolidação e desenvolvimento

da Sociologia, tanto como disciplina universitária quanto como atividade socialmente reconhecida que se iniciou por volta de 1940.

No entanto, para o cerne desta discussão, interessa única e exclusivamente a primeira etapa da divisão cronológica proposta por Cândido, visto que não só *Os Sertões*, como também toda a produção literária de Euclides da Cunha, estava situada neste recorte temporal. Portanto, todo paradigma teórico social seguido pelo autor estava vinculado apenas aos referenciais e diretrizes que orientavam os estudos sociais no Brasil até a data.

Com efeito, como mencionado, coube aos intelectuais, especialmente aos juristas, o papel principal de captar e absorver o social, não apenas em sua essência, mas também em sua geometria de reprodução. Nesse sentido, a figura do jurista foi a intérprete por excelência da sociedade, tangendo funções de elaboração de leis, o entendimento das técnicas parlamentares e definição das condutas administrativas e sua explicação (CÂNDIDO, 2006, p. 272).

As teorias científicas da segunda metade do século XIX estavam fortemente embasadas no evolucionismo e nos modelos metodológicos das ciências exatas. Em razão disso, o positivismo denotou a posição e a orientação cientificista dos juristas, que também contaram, desde o começo, com a cooperação de engenheiros e médicos. Por isso, se diz que a Sociologia brasileira se formou sob a égide do evolucionismo e dele recebeu suas questões práticas e metodológicas fundamentais, que continuam a marcar vários de seus aspectos até hoje. Por exemplo, herdou a ênfase nos fatores de ordem natural, especialmente aqueles ligados ao biológico, como a raça, a atenção a etapas históricas e o interesse por estudos gerais explicativos. Daí se explica a força da influência que o critério evolutivo e a reconstrução da história exercem ainda hoje sobre os sociólogos brasileiros, herdeiros dos “juristas filósofos” e seus sucessores lógicos (CÂNDIDO, 2006, p. 272).

Cândido (2006) ressalta que o evolucionismo se adequou às várias das realidades locais brasileiras, não sendo simplesmente artificialmente importado dos moldes referenciais europeus. Isso porque a existência de um povo caracterizado pelo seu passado escravocrata e mestiço deve ser levada em consideração para a construção de uma representação fidedigna no plano ideológico preocupada com as possibilidades de desenvolvimento nacional futuro. Nesse panorama, a partir de Euclides da Cunha, pode-se falar de uma norma e modelo “abrasileirados” de estudos sociais, os quais a releitura do passado para a compreensão do presente e a mescla do estudo à intuição pessoal e do escritor-cientista ao retórico assinalaram aqueles que viriam a ser considerados como os primeiros autores “academicamente indefinidos entre Sociologia e História” (CÂNDIDO, 2006, p. 273).

No próximo tópico, o foco será como Euclides da Cunha pode ser considerado um dos primeiros autores brasileiros a redigir um trabalho de fundamentação científica essencialmente antropológica e, máxime, sociológica. A leitura de um fato histórico expressa em *Os Sertões*, publicado em 1902, demonstra, além da promoção de uma confluência entre ciência e arte em uma mesma narrativa, as contradições sociais a partir do que o autor compreendeu como a “rocha viva da nossa raça” (CUNHA, 1984).

Euclides da Cunha sociólogo?

O jornalista e engenheiro Euclides da Cunha, ao escrever a sua principal obra, *Os Sertões*, produto de sua missão pelo jornal Estado de São Paulo ao interior baiano para cobrir alguns dos desdobramentos da Guerra de Canudos (1896-1897), inicialmente pretendia apenas escrever em primeira mão sobre o conflito entre os sertanejos liderados pelo religioso Antônio Conselheiro e o Exército Brasileiro, este último simbolicamente representante de uma elite industrial e urbana moderna. Todavia, a obra do autor transcende o escopo: de seus escritos, surgiu um complexo e elaborado trabalho discursivo que, além de abordar a narração de um fato histórico, revela as antinomias oriundas do racismo e dos preconceitos de seu tempo, através do relato da vida de um povo de uma sociedade negligenciada e esquecida pela metrópole.

Outrossim, a viagem de Euclides pelas veredas do sertão o levou ao choque com o desconhecido, com o diferente, o que o fez repensar sobre seus valores, sobre a sua própria identidade. Na leitura da obra, surgem questionamentos sobre os benefícios que o progresso e a modernidade trouxeram à realidade brasileira, considerando a clara distinção entre bárbaros e civilizados estabelecida entre os conselheiristas e os soldados republicanos, respectivamente. Pode-se dizer que redação da obra percorreu a esfera da Antropologia ao atravessar uma experiência de alteridade com o outro desconhecido e a esfera da Sociologia ao resultar em uma análise social e, como veremos neste tópico, em uma tentativa de estabelecer princípios para compreendê-la por completo.

Como relembra Dias (2003, p. 3), o autor expõe um país onde em apenas uma face da sociedade o privilégio de ser ou de aparecer era dado. Euclides da Cunha apresenta aos brasileiros de sua época a inexistência de uma nação e a existência de um país profundamente dividido, formado por dois brasis contrastantes entre si: um centrado na hegemonia das elites oligárquicas dos proprietários rurais de São Paulo e Minas Gerais, e outro marginalizado, sem

capacidade alguma para competir em pés de igualdade com as regiões detentoras do poder político e econômico em termos de capitais e mão-de-obra. Estava implícito, portanto, o acentuado quadro de desigualdades socioeconômicas do Brasil de sua época. Esse quadro dicotômico é retratado por Euclides em uma imagem impactante de uma criança com o rosto mutilado:

E essa criança horrorizava. A sua face esquerda fora arrancada, havia tempos, por um estilhaço de granada; de sorte que os ossos dos maxilares se destacavam alvíssimos, entre os bordos vermelhos da ferida já cicatrizada... A face direita sorria. E era apavorante aquele riso incompleto e dolorosíssimo aformoseando uma face e extinguindo-se repentinamente na outra, no vácuo de um gilvaz (CUNHA, 1984).

“Este era o símbolo maior das dicotomias do país. Em uma face, havia o sorriso; na outra, a chaga. [...] No sorriso, a ironia. Na chaga, a vingança” (DIAS, 2003, p. 3).

O escritor fala em um “extermínio franco da raça inferior pela guerra, à sua eliminação lenta, à sua absorção vagarosa, à sua diluição no cruzamento” (CUNHA, 1984, n.p). Esse extermínio está relacionado à influência que ele recebeu dos preceitos positivistas para interpretar a psicologia dos protagonistas deste conflito por ele diretamente observado. Nessa perspectiva, é notória e, em algumas passagens, admitida a influência que o darwinismo social de Gumpłowicz e a teoria de Buckle e, de forma indireta, os vieses de Ratzel sobre a hipertrofia do encargo dos fatores geográficos na formação humana exercera no pensamento euclidiano.

No pensamento de Gumpłowicz (1940), o conflito de grupos pela disputa da supremacia seria sempre civilizador e por meio dele se daria o progresso humano. O autor desta teoria sociológica justifica sua posição alegando que por meio da guerra a raça mais forte submeteria a mais fraca a seus objetivos, formando uma nova sociedade onde essa última seria incorporada à civilização. Essa nova sociedade, onde dominadores e dominados conviveriam de forma “harmoniosa”, seria superior às anteriores, já que o trabalho dos mais fracos possibilitaria os mais fortes de acumularem riquezas, o que possibilitaria, por sua vez, que estes últimos se dedicassem aos seus desenvolvimentos artísticos e intelectuais, impulsionando a evolução do gênero humano. A luta de grupos, raças e etnias, por mais que empregue a violência extrema, bruta e cega, seria sempre a “força motriz da História” (CUNHA, 1984).

A teoria do historiador britânico Henry Thomas Buckle (1857), por sua vez, proclama a incidência e a soberania do meio geográfico ou espacial sobre a formação do caráter humano e o seu conseqüente papel em formar e desenvolver tipos psicológicos específicos de grupos humanos. Estamos falando, dessa forma, de um determinismo geográfico. Nesse ponto,

Friedrich Ratzel (1844-1904) também fora igualmente influenciador na formação do autor no que corresponde à antropogeografia, a qual atribuía ao meio um papel de condicionador das manifestações culturais do homem, ou seja, a proposta pela “via geográfica ou terrestre ou territorial para as interpretações das diferenciações na evolução e nos padrões culturais (antropogeografia) dos povos” (BARROS, 2007, p. 216).

À vista destes aspectos, Euclides da Cunha baseou sua explicação rigorosa no determinismo naturalista, manifestado nas forças da constituição racial de grupos sociais e do meio físico, para desvendar os problemas e contradições de seu tempo. Como evoca Guerreiro Ramos (1995) em um tom crítico, Euclides foi vítima da antropologia e sociologia racista de seu tempo, das teorias científicas dos séculos XIX e XX. Assim, o autor de *Os Sertões* afirma constantemente ao longo da obra que a evolução cultural de um povo está emaranhada à sua evolução étnica: “A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social” (CUNHA, 1984, n.p). Segundo ele, a mistura de raças se mostra prejudicial para o aperfeiçoamento do gênero humano, e o mestiço – mulato, mameluco ou cafuzo – é aquém de um intermediário, “[...] é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais’, ou ainda, é ‘um desequilibrado’ ou um ‘histérico’” (RAMOS, 1995, p. 173). Embora visto como retrógrado, Euclides da Cunha diz que, por meio do processo civilizatório, ele o deixará de ser: “Estamos condenados à civilização [...] ou progredimos ou desaparecemos” (CUNHA, 1984, n.p). Não obstante, nas páginas escritas, atribuiu-se ao clima e entre outras influências geográficas negativas, o ônus de inferiorizar os contingentes humanos.

No presente, a sociologia euclidiana seria considerada como demasiadamente mecânica e obsoleta, pois atualmente é dado ênfase em fatores de ordem especificamente social. Porém, não se pode perder de vista que Euclides da Cunha estava em contato com o meio político, social, cultural e intelectual de seu tempo, então suas ideias estavam em consonância com as concepções dominantes do naturalismo e entusiasmo fervor (CÂNDIDO, 2012).

Como destacado, para o autor, os elementos mesológicos têm funções preponderantes na distribuição, gênese e configuração dos grupos humanos, acrescentando-se a intervenção da raça quando se diz respeito à estrutura psicológica e ao comportamento dos indivíduos (CÂNDIDO, 2012, p. 29). Não são conjuntos de fatores separados, mas complementam um ao outro: o meio físico age incisivamente sobre a evolução do grupo, enquanto a raça age predominantemente sobre o comportamento coletivo.

Cândido (2012, p. 29) salienta o momento em que Euclides da Cunha distinguira a sociedade sertaneja em três tipos diversos de classificação, sendo essa tida como uma

importante contribuição positiva para a história social brasileira: 1) a sociedade bandeirante; 2) a sociedade missioneira; e 3) a sociedade pastoril. Todas com a mesma base étnica – o cruzamento do branco europeu com o indígena nativo do território brasileiro –, mas espalhados em diferentes meios físicos. Sobre isso, o autor diz:

Quem considera as povoações do S. Francisco, das nascentes à foz, assiste à sucessão dos três casos apontados. [...] Deixa as regiões alpestres, cidades alcandoradas sobre serras, refletindo o arrojo incomparável das bandeiras; atravessa depois os grandes gerais, desmedidas arenas feitas à sociedade rude, libérrima e forte dos vaqueiros; e atinge por fim as paragens pouco apeteçadas, amaninhadas pelas secas, eleitas aos roteiros lentos e penosos das missões... (CUNHA, 1984).

O meio físico gerou, nesse contexto, três diferentes tipos sociais em uma população que era inicialmente homogênea. Não apenas provocou diferenças nas organizações sociais e nas atividades econômicas, mas também diferenciações étnicas:

No mestiço inicial, cruza mais ou menos uniforme de branco e índio, selecionou o subtipo propriamente nordestino. Enquanto o mameluco da foz e da nascente prosseguiram na mistura vertiginosa de sangue (com as diversas etnias negras, com novos contingentes brancos) o do sertão mediano depurou a mestiçagem inicial num tipo estável, em que se estabilizaram, igualmente, os caracteres psíquicos. A instabilidade do mestiço, que, para Euclides, tendia a se estabilizar em marcha à ré, ou seja, retornando às peculiaridades dos elementos inferiores da mistura, foi compensada graças ao isolamento imposto pelo meio físico. E o tipo do sertanejo se diferenciou, em nosso caos étnico, como uma resultante de componentes biogeográficas (CÂNDIDO, 2012, p. 29).

A palavra *isolamento* é uma das mais importantes na sociologia euclidiana. Como evidenciado, o meio agiu como fator de diferenciação e segregação étnica e social, isolando partes da população sertaneja da miscigenação e do contato com a população litorânea. O conceito de isolamento é, desse modo, substancialmente sociológico. Entretanto, Antônio Candido (2012) realça ser necessário distinguir o isolamento forçado pelo meio (causa) do isolamento como forma específica de vida social, característico de uma cultura segregada e fator decisivo da organização da sociedade (efeito). Ademais, Euclides da Cunha também examina os fatores de ordem econômica e política. O autor diz que:

Causas muito enérgicas determinaram o insulamento e conservação do autóctone. Destaquemo-las. [...] Foram, primeiro, as grandes concessões de sesmarias, definidoras da feição mais durável do nosso feudalismo tacanho. [...] A carta régia de 7 de fevereiro de 1701 foi, depois, uma medida supletiva desse isolamento. Proibira, cominando severas penas aos infratores, quaisquer comunicações daquela parte dos sertões com o Sul, com as minas de São

Paulo. Nem mesmo as relações comerciais foram toleradas; interditas as mais simples trocas de produtos. [...] Ora, além destes motivos, sobreleva-se, considerando a gênese do sertanejo no extremo norte, um outro: o meio físico dos sertões em todo o vasto território que se alonga do leito do Vaza-Barris ao do Parnaíba, no ocidente (CUNHA, 1984).

Como sociólogo, Euclides da Cunha destaca as consequências não apenas antropológicas, mas se debruça também nos efeitos sociais do fenômeno. Uma das decorrências da evolução social concerne à disseminação e à inserção de elementos e valores culturais de um grupo dominante sobre o um grupo por ele dominado. O autor demonstra esse fenômeno através da descrição da autonomia cultural do caboclo nordestino:

Premido por um meio adusto, isolado da civilização pelo deserto, pelo regime de propriedade, pela política metropolitana; isolado do seu semelhante pela fraca densidade demográfica — voltou-se sobre si mesmo e elaborou, com os poucos elementos de que dispunha, o equipamento mínimo para sobreviver. *Os sertões* descrevem a sua roupa de couro, espécie de couraça; descrevem os poucos objetos que fabrica — a rede de caroá, a bolsa de caça, a sela tosca, o cacete cheio de chumbo; descrevem os que recebeu do litoral — foice, faca de ponta, espingarda, bacamarte, esporas; falam da sua dieta bárbara, de passoca ameríndia; da arca e dos dois ou três tamboretas que lhe mobiliam a casa frágil. Aí está o acervo da cultura material. Da cultura espiritual, um catolicismo adaptado ao meio, misturado de fetichismo, consistindo em ritos propiciatórios — os mais necessários para quem luta contra a seca — e chegando a criar um santo próprio, um santo profissional: São Campeiro (CÂNDIDO, 2012, p. 31).

Por ser uma cultura propriamente fruto da segregação étnica e racial, ela não pode evoluir justamente por essa razão. O sertanejo adaptou-se ao meio estabelecendo e se prendendo ao mínimo por ele criado para a sua adaptação, enquanto as populações litorâneas, distantes, estão anos em sua frente. É um caso que se aplica no conceito de *demora cultural*, criado pelo sociólogo estadunidense William Fielding Ogburn para explicar os conflitos decorrentes de processos de mudança social. De certo, assim que “uma cultura em estado de demora” (CÂNDIDO, 2012, p. 31) se choca com padrões de uma cultura essencialmente urbana tida como avançada, é natural que numa acepção sociológica, espere-se uma situação de antagonismo onde um lado luta pela preservação de seus valores, e o outro pela sobreposição de seus valores sobre o outro, e frequentemente, o final é sempre uma mudança na cultura dominada, que incorporou em menor ou maior grau traços culturais da cultura dominante.

É justamente por esse eixo interpretativo que uma suposta sociologia euclidiana operou para estabelecer um nexos que une e dá sentido explicativo ao amplo processo de transformação pelo qual a sociedade brasileira de seu tempo estava passando, não só por conta da colonização

portuguesa, como também em razão da tragédia de Canudos que Euclides se propôs a compreender em sua minuciosidade.

Considerações finais

Euclides da Cunha foi muito mais do que um autor e escritor literário brasileiro. Ele não apenas desempenhou um papel importante na história da Literatura brasileira, mas também, como discutido ao longo deste trabalho, foi um ator e intérprete importante para a consolidação dos estudos sociais brasileiros e, assim, na formação de um pensamento social genuinamente brasileiro. Mesmo que essa não tenha sido sua principal intenção quando foi enviado pelo jornal Estado de São Paulo ao Arraial de Canudos para cobrir o conflito entre as forças do Exército Brasileiro e a comunidade religiosa coordenada por Antônio Conselheiro.

A importância de Euclides da Cunha para o campo da investigação social é tão significativa que é possível falar na existência de uma sociologia euclidiana. Como observou Antônio Cândido (2012, p. 33), Euclides da Cunha foi muito mais que um sociólogo; ele foi um ser quase iluminado. As simplificações por ele feitas em um período em que não se falava de um ramo especificamente focado na análise de mudanças sociais e culturais foram de suma importância para a construção e solidificação de uma Sociologia brasileira.

Em *Os Sertões*, o autor incorpora o sertão bárbaro ao Brasil civilizado, estabelecendo um consórcio entre ciência e arte para demonstrar as antinomias sociais e as dinâmicas culturais do sertanejo. Euclides, no entanto, de forma bastante polêmica nos dias de hoje, se utilizava de fatalismos para explicar algumas das transformações sociais de sua época, especialmente os fatores ligados ao meio físico e à constituição racial, como visto no decurso desta discussão. Guerreiros Ramos foi um dos autores a apresentar uma visão crítica sobre Euclides, alegando que o autor foi vítima das teorias científicas dos séculos XIX e XX, que eram racistas por natureza.

Em todo caso, é inegável a magnitude da relevância de Euclides da Cunha para a formação e desenvolvimento do pensamento social e sociologia brasileira, tendo em vista a adequação do autor aos princípios científicos do contexto intelectual da época, além dos diversos motivos e razões apontadas neste trabalho. A faceta sociológica de Euclides da Cunha ainda é um tópico que deve ser alvo de diversos estudos para se compreender de maneira mais ampla toda a grandeza e extensão do pensamento euclidiano para a construção sociocultural do campo dos exames empíricos brasileiros.

REFERÊNCIAS

- BARROS, N. C. C. Especiação na antropogeografia de Frederico Ratzel. **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1375>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- BUCKLE, H. T. **History of Civilization in England**. London: J.W. Parker and Son, 1857. v. I.
- CÂNDIDO, A. A sociologia no Brasil. **Tempo Social**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 271- 301, 2006. DOI: 10.1590/S0103-20702006000100015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12503>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- CÂNDIDO, A. Euclides da Cunha sociólogo. **Remate de Males**, Campinas, SP, 2012. DOI: 10.20396/remate.v0i0.8635985. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635985>. Acesso em: 21 maio. 2022.
- CUNHA, E. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.
- DIAS, L. C. S. **O (des)tecer de enredos: uma leitura d’Os Sertões, de Euclides da Cunha**. 2003. 134 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural) — Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2003.
- FERNANDES, F. A herança intelectual da Sociologia. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. (org.). **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.
- FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.
- GUMPLOWICZ, L. **La lucha de razas**. Madrid: La España Moderna, 1940.
- RAMOS, G. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. ED. UFRJ, 1995.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Expresso meus agradecimentos à Profa. Ma. Iara Lalesca Calazans, doutoranda que ministrou a disciplina “Formação e Desenvolvimento da Sociedade Brasileira” durante o primeiro semestre de 2022 na UNESP/FCLAr. Sua atenção em separar a bibliografia pertinente ao tema por mim proposto para o trabalho final da referida disciplina foi de extrema importância para mim.

Financiamento: Não aplicável.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não aplicável.

Disponibilidade de dados e material: Todos os materiais utilizados na elaboração deste trabalho podem ser facilmente encontrados e acessados através da internet, via bibliotecas digitais de livre acesso de publicação de periódicos científicos.

Contribuições dos autores: Guilherme Defina foi o responsável pela pesquisa, análise da bibliografia utilizada e redação do artigo.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

